

JAN MAGALINSKI

COOPERATIVA DE IMIGRANTES EM ITABERÁI
Estudo da fixação de Deslocados de Guerra
na zona rural de Goiás

Dissertação de Mestrado orientada
pelo Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira da Universidade de
São Paulo, apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras
da Universidade Federal de Goiás.



GOIÂNIA, julho 1978



A minha dileta esposa Júlia, dotada de espírito arrojado que, com o entusiasmo, companheirismo e abnegação constantes, não me permitiu o desalento, quando o cansaço e desânimo se faziam presentes diante das dificuldades a serem enfrentadas, dedico com muito amor e reconhecimento.

AGRADECIMENTOS.

Ao professor e amigo Dr. João Baptista Borges Pereira, que me orientou na elaboração deste trabalho, e muito estimulou a continuação das pesquisas sobre imigração em Goiás;

ao Pe. Luiz Palacin Gomez que acompanhou mais de perto, em Goiânia, o desenvolvimento da dissertação, corrigindo, dando sugestões, sempre disponível, apesar de suas inúmeras atividades;

à professora Oksana Olga Boruszenko, da Universidade Federal do Paraná, que me forneceu excelentes subsídios quanto aos métodos e técnicas a serem adotados, assim também como material bibliográfico sobre o tema deste trabalho;

aos professores da Universidade Federal de Goiás e colegas que dedicaram parte de seu tempo a discutir o tema, fornecendo-me mais elementos e abrindo novas pistas ao desenrolar desta pesquisa;

a todos os ex-associados da Cooperativa, e respectivas famílias que me emprestaram documentos, fotografias, e com tanta paciência se dispuseram a me auxiliar, principalmente através das "histórias de vida", quando passávamos às vezes até oito horas seguidas conversando, explicando alguns fatos, completando outros, e incluindo-se nesse tempo, em casa de famílias mais chegadas, almoço e jantar em meio a muita alegria, e hospitalidade;

aos imigrantes que não pertenceram à Cooperativa mas forneceram numerosos dados a respeito dos acontecimentos de antes, durante e depois da Segunda Grande Guerra, até a

chegada e instalação em Goiás;

a todas as autoridades da época, que de boa vontade deram seu depoimento e prestaram as informações necessárias;

ao prezado amigo Jesco Wolf Puttkamer Filho, que se interessou profundamente pelo meu trabalho, cedeu-me todos os documentos de que dispunha a este respeito, e emprestou negativos do seu arquivo particular, com fotos dos imigrantes, desde a chegada a Goiânia até a instalação e os primeiros anos na Cooperativa em Itaberaí;

ao Sr. João Carneiro de Mendonça; a Bernard Czywinski, da Gráfica Cristal, amigo sempre pronto a colaborar, o qual gentilmente executou os trabalhos finais de impressão das capas e encadernação;

a todos eles meus sinceros e profundos agradecimentos.

Jan Magalinski



ÍNDICE

Pág:

INTRODUÇÃO.....	007
1 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA.....	007
2 - OBJETIVOS DO ESTUDO.....	014
3 - RECURSOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS.....	017

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE DPS, E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	025
1 - CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO.....	025
2 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	033

CAPÍTULO II

IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O BRASIL E SUA INSENCIÃO NA POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA.....	046
1 - IMIGRANTES POLONESSES.....	046
2 - POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E IMIGRAÇÃO POLONESA.	047
3 - I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO..	065

CAPÍTULO III

O ESTADO DE GOIÁS E A IMIGRAÇÃO.....	072
1 - O ESTADO DE GOIÁS: INTERESSE PELA IMIGRAÇÃO.....	072
2 - O MUNICÍPIO DE ITABERABA: O MEIO NATURAL.....	085
3 - PLANO DO GOVERNO FEDERAL PARA FORMAÇÃO DA COOPERATIVA DE DPS.	092

CAPÍTULO IV

1 - A COOPERATIVA.....	101
------------------------	-----

2 - ENIGMADA DOS IMIGRANTES.....	111
3 - AS TERRAS DA COOPERATIVA E SUA UTILIZAÇÃO.....	118
4 - OS PRIMEIROS TEMPOS NA COOPERATIVA.....	136
5 - A COMUNICAÇÃO ENTRE OS ASSOCIADOS.....	153
6 - INSTRUÇÃO ESCOLAR NA COOPERATIVA.....	156
7 - VIDA RELIGIOSA NA COOPERATIVA.....	163
8 - O RELACIONAMENTO SOCIAL NA COOPERATIVA.....	169
9 - EXPECTATIVAS E REALIDADE.....	173
10 - OS IMIGRANTES E O COOPERATIVISMO.....	191
11 - FRACASSO DA COOPERATIVA.....	196
 CONCLUSÃO.....	203
 BIBLIOGRAFIA.....	215
 ANEXOS.....	227
I - JORNAL DA ONU.....	222
II - DADOS INFORMATIVOS SOBRE A HISTÓRIA ORAL.....	229
III - GOIÁS ET SES POSSIBILITÉS D'EMIGRATION ET COLONIZATION.....	231
IV - ENTIDADES PARTICIPANTES DA I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.....	234
V - MAPA DE COLÔNIAS DO ESTADO DE GOIÁS.....	236
VI - REGISTRO DA COOPERATIVA.....	237
VII - ESTATUTO DA COOPERATIVA.....	238
VIII - MAPA DE TERRAS DEVOLUTAS NO ESTADO DE GOIÁS.....	265

INTRODUÇÃO

1 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Durante o Curso de Pós-Graduação, ministrado no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, os professores foram unânimes em incentivar a pesquisa do campo, a busca de temas ainda não estudados, ou estudados apenas em parte, para que, neste caso, fossem aprofundados e pudesssem chegar ao conhecimento dos estudiosos da matéria assim como de interessados no tema, de modo geral.

Aceitando a proposta de efetuar uma pesquisa de campo, optei pela "Sociedade Cooperativa Agro Pecuária de Itaberáí, de Responsabilidade Ltda.", também conhecida pelos brasilienses das redondezas como "Colônia dos Poloneses", (1) a qual, no decorrer deste trabalho, será chamada simplesmente de Cooperativa. Ao levantar as primeiras informações sobre os associados da dita Cooperativa constatei o seguinte fato: durante apenas pouco mais de um ano, sessenta e uma famílias, somando um total de duzentas e cinquenta pessoas, (2) permaneceram juntas, vivendo e trabalhando na Cooperativa como lavradores.

(1) Falava-se não só em Colônia dos Poloneses como também 'Cooperativa dos Poloneses'. O único documento da época que registra a expressão "Colônia dos imigrantes Poloneses" é o "Livro do Tombo" da Paróquia de N. S. d'Abadia de Itaberáí, à página 70..

(2) Foram encontrados dois documentos citando o número de pessoas encaminhadas àquela Cooperativa. O primeiro refere-se ao total de 250 pessoas. É a primeira lista dos associados, que está em poder de um dos antigos sócios que a emprestou para consulta. Cita o nome de cada associado, e quantas pessoas compunham sua família, indicando também a nacionalidade de cada um. O segundo documento é o Diário Oficial do Estado de Goiás, Ano 113, Nº 6.211, 15 de julho de 1950, p. 38; engloba todos os imigrantes de Itaberáí. Dá um total de 273 pessoas, mas não disciplina as famílias, nem

Após esse período, as famílias começaram a abandonar o campo. Procuraram cidades como Itaberaí, Goiânia, Anápolis, Brasília, Silvânia e São Paulo. Outros abandonaram o país, indo para o Canadá e Estados Unidos. (3)

Assim, famílias que chegaram à Cooperativa até o final do primeiro semestre de 1.949, começaram a abandoná-la já a partir de 1950. (4) Esta evasão foi intensa de 1950 até 1952 (5). Continuou de 1952 em diante, embora mais lentamente, (6) até 1959, data em que a Cooperativa foi declarada extinta (7) porque o presidente demitiu-se e ninguém quis assumir o cargo vago, conforme se lê no Livro de Atas.

nacionalidades. No total de 273 pessoas citadas no Diário Oficial do Estado de Goiás estão incluídas outras famílias que se empregaram em fazendas de Itaberaí. Como o objetivo deste trabalho se limita à Cooperativa, não inclui o pessoal excedente do total de 250 pessoas pois são estas as que realmente participaram da experiência cooperativista em estudo.

(3) Sabe-se apenas de duas famílias que fizeram uma para o Canadá e outra para os Estados Unidos, e não há documento comprovando a retirada. Apenas informações orais dos entrevistados.

(4) Sobre a saída das famílias nesses primeiros anos consegui somente informações orais. No Livro de Atas, à página 9, emara do dia 4 de janeiro de 1950, consta apenas uma referência a essas saídas: na pauta da reunião, item 4: "... discutir o caso da retirada de associados da Cooperativa"...

(5) Informação obtida unicamente através de entrevistas e confirmada por todos os entrevistados. Seguem-se algumas expressões ouvidas por ocasião das entrevistas:

- "Essa Cooperativa acabou logo... De 1951 para 1952 saiu muita gente".
- "Em 1952 não tinha quase ninguém por lá...".
- "Não sei muito sobre a Cooperativa porque nós saímos logo. Não ficamos nem dois anos".

(6) "Nós ficamos até 1957. A primeira terra que recebemos não prestava. Mas depois que os outros começaram a sair, sobrou terra. Escolhemos terra melhor, e ela estava produzindo bem. Conseguimos criar animais, e vender a produção da lavoura em Itaberaí e Goiânia. Mas depois resolvemos mudar para Goiânia".

(7) Livro de Atas da Cooperativa, à pág. 29 verso.

Logo percebi a inexistência de bibliografia sobre a Cooperativa. Entretanto, encontrei, inicialmente, documentos escassos que, somados às inúmeras informações obtidas no decorrer das entrevistas, poderiam elucidar os fatos.

Tornou-se evidente, já nas primeiras etapas do trabalho, que as pessoas que participaram da Cooperativa, assim como aquelas relacionadas direta ou indiretamente com a excrição em foco, seriam fontes de pesquisa altamente valiosas, na reconstituição de sua história, visto que documentos existem, mas são insuficientes e incompletos. (8)

O que se tornou um estímulo a mais na escolha do tema, depois que constatei ser imprescindível a entrevista com as pessoas ligadas à Cooperativa, foram os seguintes fatos:

- A maioria dos ex-residentes da Cooperativa encontra-se ainda hoje em Goiânia e cidades vizinhas;

(8) Nos primeiros anos, ou seja, no segundo semestre de 1949 e todo o ano de 1950, afirmaram em unanimidade os entrevistados, havia reuniões com os associados todos os domingos. No Livro de Atas constam somente 36 atas de reuniões sendo três referentes a 1949, uma de 1950, nenhuma de 1951 a 1953. Existem ainda: uma de 1954, cinco de 1955, duas de 1956, sete de 1957, doze de 1958 e cinco de 1959. Percebe-se facilmente quantas informações foram omitidas durante esse período de vida da Cooperativa, só no que se refere ao Livro de Atas, entora o fato se justifique por terem muita dificuldade para redigir em português.

Digo que são incompletos porque nem tudo o que ocorreu na Cooperativa foi devidamente documentado. O Livro de Atas, por exemplo, é incompleto.

No final constatei que a maior parte das ocorrências referentes à vida na Cooperativa relatadas nas entrevistas não se comprovam com documentos. E as entrevistas foram consideradas dignas de crédito por coincidirem as informações numa faixa que vai de 60% de coincidência até 100%.

São insuficientes esses documentos porque se se pretende-se fazer a história da Cooperativa com base apenas nos documentos existentes seria impossível a restituição dos fatos.

Os grandes hiatos encontrados na documentação só têm uma forma de serem preenchidos: através da informação oral.

Dos que moram no Brasil, os mais distantes estão em São Paulo. E foi possível localizar trinta e uma pessoas para serem entrevistadas, perfazendo 22,6% dos moradores da Cooperativa.

- Esta experiência do cooperativismo agrícola não constituiu ainda objeto de um estudo sistematizado por historiador, sociólogo ou antropólogo, no Estado de São Paulo. E inexistem artigos de conteúdo científico em jornais ou revistas sobre a evolução dos acontecimentos naquela Cooperativa.
- Apesar dos primeiros contatos com elementos do grupo, soube que na área da antiga Cooperativa de imigrantes, atualmente extinta, residem duas famílias de imigrantes, e uma família em que apenas o marido é imigrante e a esposa e filhos já são brasileiros. Nastas são praticamente as únicas fontes de informação no local.
- Outros motivos também devem ser mencionados: o primeiro diz respeito à urgência em efetuar essas entrevistas. Se esse trabalho não fosse feito agora, seria quase impossível efetuá-lo mais tarde. Dos imigrantes que, na maioria, chegaram em idade madura (fig. 1), alguns faleceram e os sobreviventes estão já bastante idosos.
- Os filhos que vieram muito jovens ou crianças não conhecem todos os fatos em detalhes e os demais já nasceram no Brasil. A história da Cooperativa constitui um patrimônio vivencial exclusivo dos mais velhos, patrimônio este que irá se extinguindo à medida que forem morrendo os imigrantes.
- O segundo motivo diz respeito à comunicação com es-

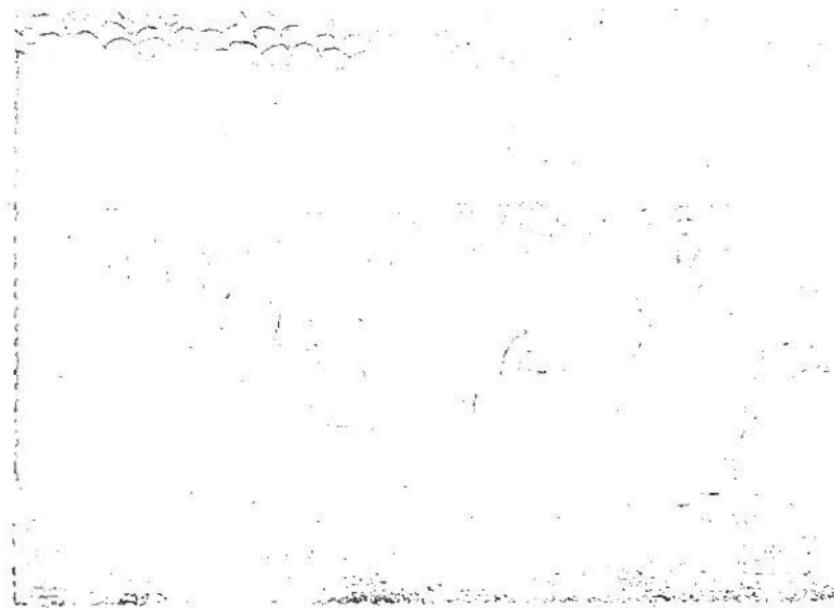


Fig. 1 - Grupo de Deslocados de Guerra nas terras da Cooperativa de Itaberá. Foto tirada em 1949, pouco tempo após a chegada dos imigrantes.

tes indivíduos. Os mais idosos não chegaram a aprender suficientemente bem o português, para se comunicarem com a devida clareza nesse idioma.

- O fato de o autor do trabalho poder fazer as entrevistas em russo e polonês, forneceram detalhes que jamais seriam obtidos através do diálogo em português.

Denois de iniciadas as entrevistas, descobri mais um elemento motivador deste trabalho, gentilmente fornecido por um dos imigrantes entrevistados, Sr. Erich Brenner, primeiro presidente de fato da Cooperativa: trata-se do "Noticiário das Naciones Unidas", de 10 de novembro de 1949, que publica, com destaque, artigo sobre a Cooperativa, informando que esta é a primeira Cooperativa na América Latina formada por DPs. (9) (Anexo I). Foi, portanto, uma experiência conhecida não apenas a nível estadual e federal, mas também a nível internacional, visto que a própria O.N.U. reconhece e torna pública sua existência.

Motivação maior, porém, encontrei ao constatar que, embora tenha me proposto a estudar uma Cooperativa de Poloneses, encontrei um grupo não só de poloneses mas também de elementos de mais de dez nacionalidades diferentes, ainda que com predominância polonesa. E ao pesquisar sobre a história da Cooperativa, verifiquei que esse grupo havia realmente constituído uma Cooperativa de Produção e Consumo, registrada, dotada de Estatutos próprios, mas que na realidade nunca funcionou como tal.

(9) DPs.: Displaced Persons, como eram conhecidos internacionalmente os Deslocados de Guerra.

Quanto mais entrevistas fazia, mais surpreso ficava com os resultados, e ao mesmo tempo mais interessado em conhecer a realidade sobre a imigração em Goiás.

Acredito haver justificado suficientemente, através dos argumentos apresentados, a escolha desse tema, o interesse que despertou. Será um documento, o mais completo possível na abordagem feita, levando-se em consideração limitações diversas, algumas delas explicadas no ítem 3, referente a recursos técnicos e metodológicos.

2 - OBJETIVOS DO ESTUDO

Pretendo desenvolver, neste trabalho, um estudo sobre o grupo minoritário de duzentas e cinquenta pessoas que constituíam a Sociedade Cooperativa Agro Pecuária de Itaberaí de Responsabilidade Ltda. O Grupo era conhecido e ainda a ele se referem como sendo constituído apenas por poloneses. No decorrer da pesquisa, como já foi explicado, constatei que os poloneses realmente predominaram em número, mas havia ainda outras nacionalidades, além de indivíduos sem nacionalidade declarada.

O estudo, no que diz respeito à Cooperativa em si, objetiva levantar dados referentes à:

- criação da Cooperativa e seu funcionamento;
- evasão do grupo alienígena e extinção da Cooperativa.

Vd.

Buscando maior clareza e melhores informações a respeito da vida desses imigrantes na Cooperativa, é necessário o conhecimento de fatos ocorridos anteriormente, e que explicam porque e como vieram para cá. Em vista disso, procurei descrever a vida dos DPs, que vieram da Alemanha para o Brasil após a II Grande Guerra - e foram trazidos para Goiás pelo então governador do Estado, Eng. Jerônimo Coimbra Bueno.

Uma espécie de Colônia Agrícola, (10) é criada pelo Estado e organizada sob a forma de Cooperativa para receber os

(10) Embora haja uma variedade muito grande de conceitos a respeito de Colônia e Colonização, mantive a expressão "Colônia Agrícola" porque é a mesma utilizada nos documentos oficiais da época referindo-se não só à experiência de Itaberaí como a outras semelhantes, existentes no Brasil naquele tempo.

Não existe a intenção, neste trabalho, de definir expressões como estes, de conceitos tão variados e até mesmo polêmicos.

imigrantes e ser ao mesmo tempo um meio de sustentação para eles, uma forma de preencher os vazios demográficos do Estado, e também de se promover o desenvolvimento da agricultura, através de novas técnicas que se esperava fossem introduzidas por eles.

Inicialmente farei um estudo mais descritivo referente à situação anterior desses estrangeiros - deslocados da guerra - em Mato Grosso; à evolução da política migratória brasileira, de épocas anteriores até a chegada desse grupo de DPs; ao acolhimento desses DPs, pelos brasileiros; às condições de vida encontradas e à forma de adaptação às mesmas, e a todo o contexto de vida no Brasil.

Desejo fazer com que o leitor se familiarize com um grupo de imigrantes ainda não estudado no Estado de Goiás: os eslavos (11) e, em especial, os poloneses. Porque esse grupo, através do seu trabalho e ingente esforço pela sobrevivência, contribuiu para o desenvolvimento de Goiás em várias frentes de trabalho.

Depois de abordados os problemas da Cooperativa, sua criação e funcionamento, o presente estudo tem também por objetivo levantar as causas da evasão, através de pesquisa junto às três únicas famílias residentes na área destinada à Cooper-

Conservando-se a expressão Colônia Agrícola, convém observar que ela significa apenas uma forma de "ocupação, povoamento e valorização de novas áreas". NOVAIS, Fernando A., Colonização e Sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica, in Anais do IV Simpósio de Professores Universitários de História, São Paulo, Imprensa da Universidade de São Paulo, p. 247.

(11) - Eslavos - grande família étnica, a mais oriental da Europa, e que compreende poloneses, tchecos, eslovacos, russos, búlgaros, sérvios, creatas, eslovenos, russos brancos, ucranianos, etc.

rativa, a outras pessoas da região que tiveram contato direto com os ex-associados e autoridades da época. Também aos antigos sócios, que hoje residem em centros maiores, foi-lhes solicitado que manifestassem seu ponto de vista no que se refere à vida na Cooperativa, às causas da evasão e à extinção da mesma.

Procurei, ainda, conhecer qual o objetivo, quais as intenções e expectativas das pessoas que, então, ocupavam cargos políticos-administrativos e que, de alguma forma, estão envolvidas na vinda dos Dms. para Goiás.

Colocando lado a lado as informações obtidas através dos ex-associados da Cooperativa, as informações das autoridades, a opinião dos moradores da região e o conteúdo de inúmeros artigos de jornais publicados na época, chega-se à evidência dos fatos e às causas do fracasso da experiência.

3 - RECURSOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS

Ao iniciar este trabalho, elaborei um princípio projeto que abrangia unicamente a Cooperativa e começava com a chegada dos imigrantes em Goiânia. A própria caracterização do grupo iria sendo feita à medida que eu reconstituísse os fatos referentes à vida deles em Goiânia e Itaberaí. Enquanto tentava reconstituir esses fatos, fui verificando a impossibilidade de explicá-los a não ser através de outros sucedidos antes, durante e depois a Segunda Grande Guerra. Daí a modificação no projeto original. Redigi o Capítulo I - "Caracterização do grupo de PPs. e seus Antecedentes Históricos" englobando os dois temas, ou seja, a caracterização do grupo e sua história.

O Capítulo II - "Imigração polonesa para o Brasil e sua inserção na política imigratória brasileira", no projeto inicial, estaria perfeitamente bem situado, pois o estudo se referia a uma Cooperativa de poloneses. Quando constatei a existência das onze nacionalidades, comecei a questionar a validade desse capítulo no trabalho. Haveria alguma possibilidade e conveniência de manter o capítulo, se desaparecia aquela certeza inicial de que a Cooperativa era exclusivamente de poloneses? Mantive o capítulo, e no decorrer do mesmo faço as justificativas necessárias, que basicamente são as seguintes:

- a) a presença de maioria de poloneses;
- b) a presença dos alemães e descendentes que habitavam países vizinhos da Alemanha, entre eles a Polônia, que imigraram como poloneses;
- c) a presença de elementos provenientes da União Soviética, que não desejavam ser repatriados e se refugiaram nos Campos dos Poloneses. Embora os poloneses propriamente ditos

fossen 40,4%, e nortanto já maioria, em comparação com a representatividade percentual das demais nacionalidades, esse número será quase duplicado se a ele forem agregados todos os demais, não poloneses, que emigraram como se o fossem.

Esse capítulo visa situar histórica e cronologicamente a imigração de DPs, para Goiás, e de modo especial a vinda dos imigrantes que se dirigiram a Itaberaí. Ele introduz este pequeno grupo de deslocados de guerra dentro do contexto maior da terceira fase de imigração polonesa para o Brasil.

O Capítulo III, praticamente não se alterou ao passar de projeto original para o atual. Reconheço que o item 2, "O Município de Itaberaí, meio natural" interrompe um tanto quanto bruscamente a idéia que venha sendo desenvolvida ao longo do trabalho. Mas sua presença é indispensável para que o leitor possa conhecer qual o quadro físico, o meio natural em que se desenvolveu a experiência em estudo.

O Capítulo IV refere-se à Cooperativa, desde o início até sua extinção. Foi quase todo redigido com base principalmente nos depoimentos das histórias de vida. Tanto no projeto inicial como no definitivo, julguei poder redigi-lo de forma cronológica. Procurei levantar os fatos e depois relacioná-los de modo que no final formassem uma unidade. Quis fazer realmente uma história da Cooperativa. Mas faltaram-me informações. O principal problema se deu em relação às datas. Os entrevistados, quase todos entre 60 e 70 anos, não se recordam das ocorrências com facilidade. Houve contradições quanto às datas. Para evitar erros maiores, abandonei a primeira idéia e passei a estudar a Cooperativa nos seus vários aspectos, procurando porém relacionar os fatos entre si de tal forma que o leitor não perca, por este motivo, a noção da unidade, do conjunto.

No que diz respeito aos possíveis recursos técnicos e metodológicos a serem utilizados, procurei, em primeiro lugar, descobrir quais destes recursos conviria adotar com referência ao estudo do tema proposto; no que diz respeito à Cooperativa e aos imigrantes, levando em consideração a evidente necessidade de utilizar a entrevista como principal instrumento de trabalho. Diante da possibilidade de alguns historiadores hesitarem em aceitar como válido tal instrumento, procurei informar-me sobre o mesmo junto a elementos devidamente qualificados. Uma das pessoas consultadas, a professora Oksana Olga Boruszenko, da Universidade Federal do Paraná, afirma: "...Sem dúvida alguma, pesquisas históricas baseadas em depoimentos orais são válidas, isto porque a História se refere a idéias, a palavras que transmitem um pensamento, o que faz da técnica de história oral, complemento de outros procedimentos de pesquisa utilizados pelo historiador..." (12) (Anexo II)

Uma vez seguro quanto à validade da entrevista como um dos instrumentos disponíveis, foram tomados os primeiros contatos com as famílias que ainda ocupam os lotes originais e com os que abandonaram a Cooperativa. Tornou-se evidente então que o caminho a seguir para melhor explorar os recursos disponíveis sobre o tema é o seguinte:

- Consulta bibliográfica: não havendo publicações específicas a respeito desta Cooperativa e não ser as notícias de jornais da época, foram consultados diversos livros e artigos de jornais, referentes não só aos poloneses e demais imigrantes BPs, como tam-

(12) Transcrição de trecho de carta da professora Oksana Olga Boruszenko ao autor deste trabalho, em resposta a um pedido, por parte deste, de informações a respeito de História Oral, Curitiba, 17.11.1977.

- bônus e outros grupos de imigrantes que vieram em épocas mais antigas para o "Brasil";
- entrevistas às autoridades da época, algumas das quais se encontram em Goiânia, Itaberaí e Rio de Janeiro;
 - entrevistas às famílias que permaneceram na área da antiga Cooperativa; (13)
 - entrevista às famílias que abandonaram a Cooperativa e residem hoje em Brasília, Anápolis, Itaberaí, Silvânia e Goiânia;
 - entrevistas aos imigrantes que vieram para Goiânia mas não fizeram parte da Cooperativa, preferiram se empregar com particulares, seja em fazendas, seja na cidade;
 - estudo de documentos referentes à Cooperativa apresentado, anterior a essas famílias que já vieram, vis-

(13) Além da observação documentária, "... é necessário notar a contribuição metodológica e operacional que as técnicas de pesquisa das ciências sociais podem e devem oferecer à história da imigração e colonização. Aliás, nesse sentido, é este, sem dúvida, um dos campos dos estudos históricos que melhores condições oferece para sua aplicação. A relevância por elas das historiadoras em acestas tem sido bastante grande... A prática da observação direta extensiva, com as técnicas de amostragem, os métodos de interpretação, os questionários, bem como da observação direta intensiva, com os ser questionários, livres ou dirigidos, e como da observação participante, podem resultar em proveitosos estudos referentes às comunidades de imigrantes e colonos, notadamente no que diz respeito ao estudo da imigração e colonização recentes. Esse estudo, por sua vez, é muito necessário, pois é certo que se pode "desnudar um passado três lontainos à la Juvea de tempo recuado, mais próximos de nous". (Biech, 1966).

BALDÓIA, Altiva Milletti e outros, *Alguns aspectos culturais dos estudos de imigração e colonização*, in: Anais do IV Seminário Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, Imprensa da Universidade de São Paulo, 1960, p. 372.

comunicação, espiões, livre de atas, correspondência em código e cifra e outros etc. etc., telegramas, libretos, etc.);

- estudo de procedimentos sobre a imigração para feijões, e geral, e alguns sobre a Cooperativa, gentilmente fornecido pelo Sr. Júlio César Pethke Filho; (14)

Entrevistei 32 pessoas abertas (correspondente a 22,4% das autoridades entrevistadas registradas e residentes nas terras da Cooperativa); 10% eram que não chegaram a imigrar à Comunidade, e vivem hoje e sempre são pessoas que exercem cargos oficiais, administrativas, ou eram assessores ou ligados diretos ao governo da região, que tiveram contato direto com os eleitores da Cooperativa, sendo que, quando os entrevistados demonstravam maior interesse pelo tema e também condições de fornecer talis dados, voltava lá duas e até três vezes ao bairro para completar as informações, ouvir, no entanto, caso de um brasileiro que teve grande contato com os imigrantes e se negou categoricamente a ser entrevistado, usando como motivo o esquecimento total dos fatos. Com os estrangeiros adotei a técnica de entrevistas do tipo "história de vida", enquanto para os demais organizei uma série de questões a respeito dos imigrantes, conferiu o grau de relacionamento que tiveram com eles, no caso de moradores da região. As autoridades elaboraram questionários próprios de acordo com o cargo e função que exerciam na época.

(14) Quando já estava dando quase por terminada esta discussão, o Sr. Júlio César Pethke Filho, que já havia sido entrevistado sobre o assunto e conhecia meu interesse pelo tema, encontrou numerosos documentos referentes, basicamente, à fase comercial a entre o período em que os imigrantes se encontravam ainda na Europa até a criação da Cooperativa e o início da mesma.

Há um aspecto que julgo importante ser relatado neste momento, à respeito das entrevistas: os primeiros contatos, com parte dos imigrantes, foram difíceis. Era nítida a desconfiança, a insegurança em relatar fatos referentes, de modo especial, à vida que levavam ainda na Europa, durante e logo depois da Segunda Grande Guerra. Apenas dois permitiram que se gravasse a entrevista e resso assim após grande insistência de minha parte. (15) Por esse motivo, algumas entrevistas exigiram inúmeras visitas para se completarem devidamente.

Também para ter acesso à parte dos documentos sobre a Cooperativa houve esse problema. Inicialmente recusaram-se mesmos a mostrá-los. Até conseguí-los emprestados para que pudessem ser estudados, passou-se muito tempo, foi necessária muita paciência, visitas prolongadas e conversas sobre os mais diversos assuntos, para que passassem a ter mais confiança no entrevistador, e emprestassem o material.

Tudo isso foi com que o prazo previsto para ser utilizado com entrevistas fosse duplicado, ou mesmo triplicado, dificultando o andamento da elaboração deste trabalho. Embora estes problemas atrasassem o término do resso, mantive o mesmo projeto e utilizei as técnicas que julguei adequadas para que o trabalho não se visse prejudicado em seu conteúdo.

Espero que a omissão de nomes dos informantes não seja mal vista: trata-se de compromisso meu para com aquelas pessoas que, vencendo o medo e os traumas de que foram vítimas durante a guerra se dispuseram a colaborar para que o presente trabalho corresponesse da melhor forma à verdade dos acontecimentos.

(15) Diante da recusa dos estrangeiros a permitirem a utilização do gravador, as entrevistas eram feitas sempre por duas pessoas; enquanto uma fazia as perguntas e prosseguia conversando com os entrevistados, a outra ia fazendo as anotações.

cimentos, nesse período difícil da História, referentes à Segunda Grande Guerra e ao período de pós-guerra, em que os imigrantes foram encaminhados, no caso em estudo, no Brasil e também ao processo de adaptação às novas condições de vida aqui encontradas.

No decorrer desta dissertação, transcrevo literalmente trechos de alguns documentos mais significativos. Há citações mal redigidas ou com falhas gramaticais. A transcrição se fez ao pé da letra, respeitando exatamente o conteúdo do documento.

Por ocasião da redação das notas bibliográficas, vi na impossibilidade de completar certos dados. Em alguns livros tive em mãos apenas cópias em xerox de partes que me interessavam nessas publicações, enviadas por amigos, alguns do Brasil e outros do exterior. Não pude saber o número de páginas dessas obras.

Também nas referências à maioria quase absoluta de artigos de jornais faltou o número da página, da coluna e número da edição dos mesmos. Os artigos estavam recortados e estes elementos não figuram nesses documentos.

Quanto aos documentos tais como: correspondências, relatórios, telegramas, mapas, plantas de loteamento, livro de atas, etc., foram em maior parte codidos, pelo Sr. Jesco Wolf Puttkamer Filho, e alguns outros por um dos imigrantes, a quem coube a guarda após a extinção da Cooperativa.

Senti a impossibilidade de consultar sobre esses imigrantes, documentos e relatórios, que se encontram todos em arquivos na Suíça, e não existem cópias dos mesmos aqui no Brasil.

As fotografias foram, na sua maior parte, cedidas pelo Sr. Jesco W. Puttkamer Filho, embora haja várias outras em

prestadas por imigrantes, principalmente as que documentam ocorrências dos tempos em que eles se encontravam ainda na Europa. Desses últimos, várias estavam já muito descoradas, algumas um pouco estragadas. Reproduzi todas da melhor forma possível, para que pudessem melhor documentar a história desses imigrantes.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE DPs. E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1 - CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO

a) - Número de Participantes

O grupo em estudo, quanto ao número de participantes era formado por 250 pessoas. Destas, 15 eram solteiras ou viúvas (desacômeradas da família) e as 235 restantes constituían 61 famílias.

Tabela I

Indivíduos em relação à família

POSIÇÃO EM RELAÇÃO À FAMÍLIA	Nº
Indivíduos isolados	15
Indivíduos constituindo 61 famílias	235
T O T A L.....	250

Fonte: (1)

Todas as referências a esta experiência de colonização em Goiás, em documento, entrevistas, e no linguajar habita-

(1) Documento da ex-cooperativa, datilografado, contendo os nomes dos homens que foram para a Cooperativa de Itaberá. Indica, em seguida, a nacionalidade de deles, e o número de pessoas que os acompanhavam. Não dá qualquer outra informação sobre estes acompanhantes que são as famílias dos imigrantes. Indica também quantos homens foram desacompanhados de família.

alidade, embora não sejam ainda dados absolutamente
evidente ao caso dos "volksdeutsch" (2) e o dos russo
nos e russos brancos explicado no item que se segue
ANTECEDENTES HISTÓRICOS.

De acordo com o documento que serviu de base para
a caracterização do grupo, foi possível elaborar a seguinte

LKSDEUTSCH - expressão surgida no tempo de Hitler, no
íncio da II Guerra Mundial. Enquanto o povo alemão, ou seja,
os indivíduos naturais da Alemanha e nela residentes
são chamados de "deutsches volk" - literalmente
"povo alemão", os alemães e seus descendentes
e ultrapassando os limites políticos do território
o povoaram terras da Rússia, Polônia, e demais países vizinhos, desde muitos anos atrás, e cujos descendentes

TABELA II

CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE ASSOCIADOS DA COOPERA-TIVA QUANTO À NACIONALIDADE E PORCENTAGEM DE RE-PRESENTATIVIDADE DE CADA NACIONALIDADE EM RELA-CÃO AO TOTAL.

PAÍS	Nº DE PESSOAS	%
Polônia.....	101	40,4
Rusônia.....	46	18,4
Ucrânia.....	41	16,6
Iugoslávia.....	28	10,4
Letônia.....	16	6,4
Estônia.....	6	3,2
Alemanha.....	2	0,8
Tchecoslováquia	2	0,8
Não declarada..	2	0,8
Hungria.....	1	0,4
Albânia.....	1	0,4
Rússia.....	1	0,4
TOTAL.....	250	100

Fonte: (3)

Já de início, algumas observações podem ser feitas a respeito destes dados: consta a presença de dois alemães, por exemplo. Somente dentre as pessoas entrevistadas, em 1977, e que residiram na Cooperativa de Itaberá, havia mais de dois alemães.

Segundo informou o Sr. Inácio da Veiga Jardim, delegado da I.R.O. (4) no Estado de Goiás, o alemão não podia

(3) Vide nota 1.

(4) International Refugee Organization.

emigrar como deslocação de guerra. O objectivo da I.R.O. era socorrer os estrangeiros que estavam na Alemanha, nos campos de DPs., e não os alemães. Eles estavam em sua própria terra. Mesmo assim, vieram alemães para a Cooperativa.

Como é explicado nos ANTECEDENTES HISTÓRICOS, quem se identificou no Brasil como tchecoslovaco, polonês, rumeno, por exemplo, no apóis guerra, podia ser tanto originário destes países como alemão. Alguns eram alemães propriamente ditos, outros eram filhos de alemães nascidos em países vizinhos. Isso para emigrar valeram-se de documentação destes países, e não de documentos alemães. Também dentre os que se diziam poloneses podia haver um ou outro vindo da União Soviética, além daqueles que abertamente se declararam ucranianos e russos.

A realidade é que na Cooperativa de Itaberaí, encontraram-se onze nacionalidades diferentes, além de duas pessoas de nacionalidade não declarada. O polonês era maioria. Este fato tornou a Cooperativa conhecida como sendo apenas de poloneses.

b) - Formação Profissional

Como não pude entrevistar todos os participantes da Cooperativa, não disponho de dados absolutos a este respeito, mas apenas de informações equivalentes aos 22,6% que foram entrevistados, e mais alguns dados que estes 22,6% puderam me fornecer sobre pessoas já falecidas e outras que se encontram em local ignorado ou muito distante.

Cerca de 70% destas famílias eram de origem rural. Isso não significa, entretanto, que viviam exclusivamente da lavoura. Os filhos iam para a cidade estudar e adquiriam outra profissão. Havia, pois, os que conheciam técnicas agrícolas e estavam habituados ao trabalho da lavoura (cerca de 30%). Ha-

via os que mantinham o trabalho da lavoura, mas seus filhos adquiriram outra profissão na cidade. Outras, famílias inteiras, trocaram o campo nela cidade, ainda na Europa. Quer dizer eram de origem rural, mas viviam, então, nas cidades. E havia também famílias tipicamente urbanas, que desconheciam totalmente as técnicas agrícolas.

A diversidade quanto à profissão era muito grande. Como todos queriam emigrar, e a preferência do Brasil era por agricultores, todos se declararam agricultores. Mas havia, como constatei através das entrevistas, pelo menos as seguintes profissões, além dos agricultores propriamente ditos: ferreiro, sapateiro, carpinteiro, bancário, alfaiate, mecânico, enteheiro-electricista, agrimensor, serrageiro etc.

A necessidade de emigrar e começar vida nova fez com que aceitassem, de início, todas as exigências feitas pelo Brasil. Declararam-se agricultores e concordaram em enfrentar juntos a criação da Cooperativa de Itaberaí, tal como lhes foi proposta na Ilha das Flores e posteriormente na Hospedaria dos imigrantes em Goiânia. Era preciso garantir a própria sobrevivência, assim como a de sua família.

c) - Situação Econômica

Pode-se dizer que os imigrantes desse grupo, ao chegarem ao Brasil, estavam quase todos no mesmo nível econômico. Ou seja, haviam perdido suas propriedades e traziam apenas objetos de uso pessoal, roupas e alguns objetos de utilidade doméstica adquiridos com seu trabalho na Alemanha. (5) Nisso,

(5) A senhora E.B. disse que trouxe, no meio das roupas, nas malas, uma máquina de costura desmontada. Trouxeram tudo o que foi possível quanto a roupas, cortinas, tapetes, tecidos em geral, e também rádios, relógios, binóculos, cobertores, agasalhos grossos, etc.

a imigração de após guerra se diferencia das anteriores: nas primeiras, eles traziam tudo o que era possível transportar nos navios, ao contrário do grupo em estudo, que trouxe apenas um mínimo indispensável. Ao chegar à Ilha das Flores, cada família recebeu uma quantia em dinheiro, que foi economizada ao máximo até chegar à Cooperativa. Só então compraram galinhas, porcos, e algumas miudezas mais que eram de primeira necessidade. Portanto, todos começaram do mesmo nível, embora antes da guerra fossem de condições econômicas diversificadas.

d) - Religião

A grande maioria era de Católicos Apostólicos Romanos. Entre os de origem alemã havia luteranos. Os ucranianos dividiam-se entre católicos romanos e "uniatas", sendo estes últimos também ligados ao Papa mas mantendo ritual ortodoxo. Dentro os russos havia indivíduos professando a religião ortodoxa. Um ponto a respeito do qual todos foram unâmes no decorrer das entrevistas é que a existência dessa diversidade religiosa nunca afetou o grupo no sentido de dividi-lo. Pelo contrário. Quando havia uma celebração, qualquer que fosse o ministro (padre, pastor ou pope) todos se reuniam e participavam da mesma forma. Este aspecto será abordado com mais amplitude quando se tratar do grupo na Cooperativa.

e) - Nível Cultural e Escolaridade

Apenas dois ou três imigrantes da Cooperativa possuíam estudo universitário. (6) A maioria era de nível primário. Só eram realmente formados os que conseguiram terminar os

(6) Dentre os que vieram para a Cooperativa, havia um engenheiro eletricista, que se mudou depois para São Paulo. Um que era bancário e não chegou a terminar o curso universitário por causa da guerra, e um topógrafo.

estudos antes da guerra. Depois que se encontravam na Alemanha não podiam mais estudar. Eram obrigados a trabalhar durante o dia, e à noite não lhes era permitido sair de casa. As crianças e jovens durante o período que permaneceram na Alemanha, só puderam estudar nos Campos de DPs., depois que estes campos foram organizados. Portanto, já no após guerra.

Nos campos de PPs. havia também oficinas diversas, que aos poucos iam sendo montadas pelos próprios deslocados de guerra, e nas quais os profissionais já podiam ir exercendo algum trabalho. Muitos dos DPs. aproveitaram as circunstâncias e foram adquirindo ali uma profissão que exerceiram mais tarde no Brasil.

f) - Objetivos e Metas a Alcançar

Os imigrantes em questão desejavam apenas adquirir lotes de terra para, através do trabalho agrícola, recuperar o equilíbrio econômico familiar rompido com a Segunda Grande Guerra, conforme declararam muitas vezes nas entrevistas. Não permaneceram mais como os imigrantes das fases anteriores, nutrindo as saudades da terra natal. (7) Vieram para ficar. Primeiro, porque as famílias de muitos deles já haviam sido mortas pelos soldados nazistas. Em segundo lugar, porque no caso de famílias de zona rural, suas terras, embora constituindo pequenas propriedades, haviam sido tomadas pelos russos que, ao implantarem o regime comunista, transformaram-nas em *kolhoses*, (8) e não havia possibilidade de recuperá-las. A maior preocu-

(7) SZCZEPANIAK, Stanislaw. "Lwyczajne Życie" in Pamigntniki Emigrantów, Warszawa, Wyd. Polonia, 1965, str. 86.

(8) Após a revolução de 1917, a propriedade privada sobre os meios de produção foi abolida. As propriedades rurais, grandes e pequenas, transformaram-se em fazendas coletivas, conhecidas como *kolkhozes*.

pação dessas famílias era adquirir novamente aquilo que haviam perdido, ter algo que pudessem deixar para o futuro de seus filhos e proteger a própria velhice. Já as de zona urbana decidiram também emigrar, seja porque suas cidades estavam destruídas e parentes mortos, seja porque não aceitavam viver sob o regime comunista.

Estes foram os dados iniciais que pude levantar em vista de caracterizar o grupo em estudo, o que fiz por meio de entrevistas e pesquisa em documentos referentes à Sociedade Cooperativa Agro-Pecuária de Itaberá de Responsabilidade Limitada.

A caracterização de outros detalhes importantes, entretanto, só fornecerei no decorrer do trabalho; isso porque a compreensão destes detalhes exige o relato, e em alguns casos também a análise de acontecimentos que vão desde o tempo em que o grupo se encontrava em sua pátria, depois na Alemanha, até sua instalação definitiva no Brasil, e sua vida aqui nos primeiros anos.

"En el agro surgieron las primeras cooperativas. A los 10 años de la Revolución de Octubre de 1917, la forma predominante de cooperativas agropecuarias era el koljós, denominación rusa abreviada de la hacienda colectiva. Son cooperativas de producción a las que el Estado ha otorgado en usufruto perpetuo la tierra en que se encuentra la hacienda; les pertenecen los fondos fijos de producción: máquinas agrícolas, edificios, ganado, etc." POKSHISHEVSKI, V., Geografía de la Unión Soviética, Moscú, Editorial Progreso, 1973 , p. 46.
Os membros dos kolkhozes recebem de acordo com o trabalho realizado por pessoa.

2 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS (9)

Desde o início da Segunda Grande Guerra, em que se deu a ocupação de inúmeros países (Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Romênia, etc.) pelos alemães, os moradores das terras invadidas iam sendo enviados para a Alemanha indiscriminadamente, jovens e adultos, homens e mulheres com crianças, que na Alemanha, iam constituir mão-de-obra de baixo custo, em substituição aos alemães que partiram para a guerra. (10)

Parte dessas pessoas eram levadas para as cidades, onde trabalhavam nas fábricas como empregadas. Outras foram destinadas às fazendas, onde deviam cuidar da lavoura e das criações. (11) (Fig. 2)

Todos esses estrangeiros passaram grandes dificuldades na Alemanha. O pagamento que recebiam era insuficiente até

(9) Para que se possa compreender o que sucedeu na Cooperativa, desde o início até sua extinção, há alguns aspectos fundamentais cujo conhecimento é imprescindível. Alguns dos fatos ocorridos durante a Segunda Grande Guerra, e que tiveram influência decisiva na evolução dos acontecimentos da Cooperativa de Itaberaí, nunca viriam à público se não fosse através das "histórias de vida" dos imigrantes. Foi com base nas "histórias de vida" que elaborei os "Antecedentes Históricos". Referências a documentos e bibliografia entram apenas para confirmar, ou melhor, fundamentar aquilo que foi narrado nas entrevistas.

(10) A Alemanha necessitava de muita mão-de-obra barata em substituição, não só aos soldados que partiam para o front, como também para manter a ordem interna do país. O maior contingente desses trabalhadores era dirigido às atividades agro-pastoris e industriais. Graças aos trabalhadores estrangeiros é que a Alemanha pôde sustentar a guerra por seis anos com várias nações.

(11) Embora a "lavoura" e a "criação de gado" tenham no Brasil e, em especial, em nossa Região Centro-Oeste uma conotação própria, ligadas ao latifúndio e à criação extensiva, na Alemanha, a situação era outra. As chamadas fazendas eram propriedades pequenas, e o gado era criado em recinto pequeno e fechado, sendo especialmente abrigado no período do inverno. Eram poucas as grandes propriedades e mesmo assim estavam longe de atingir as áreas dos latifúndios do Centro-Oeste.

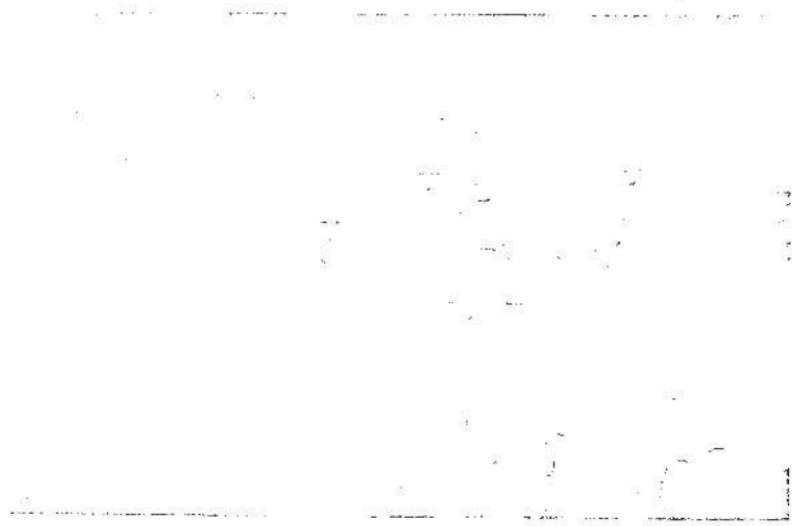


Fig. 2r Grupo de ordeneiros da guerra que trabalha
vam em fazendas nos arredores de Burgdorf
(Brancapéquing). Estão acompanhados por um
dos fazendeiros e pelo sidiário alemão que co-
manda o grupo. A foto é datada do 24 de
setembro de 1930.

para os gastos mais indispensáveis. (12)

Os que viviam nas fazendas tinham mais facilidades quanto à alimentação. Sempre conseguiam, às escondidas, para si, um pouco de leite, batatas, ovos e frutas.

Para os empregados de fábricas, a situação era bem mais difícil. Não tinham de onde tirar o que comer. Passavam o dia todo trabalhando nas fábricas, em cujos restaurantes se alimentavam, embora houvesse pouca comida por pessoa. Já o vestuário e calçado, devido ao racionamento, só podiam ser adquiridos mediante licença especial expedida por autoridades.

Os estrangeiros ressaram, nois, por dificuldades de toda ordem. Havia restrições quanto à prática religiosa de outras denominações que não a luterana, quanto à recreação e esporte.

Não era permitido o estudo, seja para crianças, seja para jovens e adultos. O dia era todo reservado ao trabalho, e à noite um estrangeiro não podia sair de casa. (13) Só mudaram

(12) Nas fazendas como nas fábricas, pagavam os empregados em dinheiro, (somente os prisioneiros de guerra é que recebiam em bônus), mas a quantia que recebiam era insuficiente. Nas fazendas, os proprietários descontavam alojamento, alimentação e outras despesas como a lavagem de roupa, de forma que o que sobrava para o trabalhador era pouquíssimo. Já os empregados nas fábricas recebiam mais, em comparação com os das fazendas, mas não tinham de onde tirar algum alimento "extra", como acontecia nas fazendas.

A compra de roupas e calçados era controlada pelas autoridades municipais. Por isso era possível que, mesmo dispendo de dinheiro, não pudesssem comprar esses artigos por causa do controle sobre os mesmos.

Um dos imigrantes entrevistados; Sr. K.D., disse que o pagamento mensal dos empregados em fábricas variava de 120 a 150 marcos. E nas fazendas era de 25 a 35 marcos mensais. Outro imigrante, que trabalhou em fazenda, disse que pagando todas as contas, sobravam para ele 3 ou 4 marcos mensais.

(13) Tanto os poloneses que tinham de usar um "P" em suas vestimentas como os russos que deviam usar as letras "OST" não podiam sair de seus alojamentos após as 20 horas. Como barrou o Sr. M.M. ele recebeu advertência de um S.S. (especie de polícia) porque visitava seus colegas de trabalho após o horário estabelecido. Costumava-se também cobrar multas em tais circunstâncias.

organizar cursos para as crianças já nos Campos de DPs. Por este motivo, muitos dos imigrantes chegaram ao Brasil com pouco ou nenhum estudo. Os que saíram já adolescentes para a Alemanha interromperam seus estudos, e somente alguns, com muita dificuldade, puderam retomá-los depois, no Brasil.

A 5 de maio de 1945, cessam as operações militares e finda a guerra, sendo derrotada a Alemanha.

A partir de então, as Nações Aliadas decidiram que:

- todos os estrangeiros residentes em território alemão nas condições acima, ou seja, como "deslocados de guerra" (Displaced Persons) deveriam cessar imediatamente qualquer tipo de atividade para os alemães;
- todos eles seriam sustentados pela Cruz Vermelha Internacional e, enquanto se aguardava que essa ajuda se organizasse por parte da Cruz Vermelha, os próprios alemães deveriam sustentá-los.

Desde então as Nações Aliadas, menos a U.R.S.S., proporcionaram a estes deslocados de guerra: habitação, agasalhos, alimentação e assistência médico-hospitalar. Foram formados os chamados "Campos de DPs." (14) de diversas nacionalidades. Estes "Campos", no início eram mantidos pela Cruz Vermelha Internacional, em seguida confiados à U.N.R.R.A. (United Nations Relief and Repatriation Administration) subs-

(14) Os Campos de Deslocados de Guerra, ou Campos de DPs., eram organizados em antigos quartéis, ou nos conjuntos de barracos anteriormente construídos e ocupados pelos próprios deslocados de guerra, quando foram levados para a Alemanha, no início e durante a guerra. Logo após o término da guerra, cada campo era constituído de elementos de várias nacionalidades, mas logo foram tomadas as providências necessárias para agrupá-los por nacionalidade, havendo os campos dos poloneses, dos servocroatas, iugoslavos e centros de repatriação dos russos, ucranianos e bielorrussos. (Figs. 3 e 4 à pag. 40)

tituída em 1947 pela I.R.O. (International Refugee Organization). Todas elas sob a proteção jurídica da O.N.U., ajudaram a sustentar materialmente os "refugiados" e depois auxiliaram sua emigração para outros países conforme o desejo de cada família. (15) Somente a U.R.S.S. negou sua participação nessa ajuda aos refugiados, pois não admitia a emigração. No seu momento de ver, deveriam ser repatriados todos os estrangeiros que se encontravam na Alemanha, opinião essa que não se coadunava com a dos P.R.s.

A partir do momento em que a U.R.S.S. passou a exigir a repatriação de seu povo, com o apoio dos Aliados Ocidentais, como foi decidido na reunião de Yalta, um fato novo chamou a atenção dos demais países: a elevada frequência de suicídios de russos, ucranianos e bielo-russos ocorridos na Alemanha. Dentro as pessoas entrevistadas, três haviam presenciado esses fatos: dois que se enforcaram, e uma família inteira que se atirou de uma ponte no meio do rio, morrendo cinco pessoas afogadas.

(16) A ocorrência, na Alemanha, desses casos entre pessoas anteriormente residentes em países da U.R.S.S., revolviu a existência de algum problema grave em relação ao repatriamento.

(16)

Um imigrante de origem russa afirmou na entrevista que, realmente, havia um apelo do governo soviético para que todo o seu povo regressasse à pátria após a guerra. Entretan-

(15) BORUSZENKO, Oksana Olga. A Imigração ucraniana no Paraná, in Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, Edit. da Universidade de São Paulo, 1969, p. 428.

(16) A maioria desses casos ocorria principalmente com ex-soldados da URSS, e outros soldados que haviam servido ao exército branco por ocasião da Revolução de 1917.

to, diz ele, os deslocados de guerra que ainda se encontravam na Alemanha sovietana que os que voltavam de lá, seja por livre e espontânea vontade, seja trazidos à força pelo exército soviético, eram considerados traidores da pátria. "Segundo o famoso artigo 33 da Constituição stalinista, todo indivíduo pertencente à U.R.S.S. que estivesse na Alemanha (e isto aconteceu com milhares de pessoas, homens, mulheres e crianças, que foram levadas à força para a Alemanha a fim de substituir no trabalho os que haviam partido para a guerra) deveriam ser mortos para não cair nas mãos dos alemães, o que evidentemente não fizeram. Também era proibido trabalhar para eles. O simples fato de alguém estar vivo e trabalhando para os alemães significava traição à pátria, e era castigada com a pena de morte e, na maioria das vezes, com os trabalhos forçados na Sibéria". (17)

A rendição da Alemanha foi em maio de 1945. De maio até o fim desse mesmo ano, (quando se decidiu que a repatriação seria livre para todos os países, inclusive para os cidadãos da União Soviética) os soldados soviéticos com a colaboração das forças aliadas repatriaram grande número de civis que não desejavam voltar para lá. Em trabalho sobre a "Imigração ucraniana no Paraná" elaborado pela Professora Oksana Olga Boruszenko, lê-se:

"... os ucranianos tiveram que resistir à forte opressão dos aliados ocidentais, que se comprometeram em Valta a repatriar todos os cidadãos soviéticos, porém, nos fins de 1945, foi abolida a cláusula de repatriação obrigatória". (18)

(17) Declaração da Sra. A.D. de origem russa que se refugiou em Campo de DPs poloneses e se casou, posteriormente, com um polonês.

(18) BORUSZENKO, Oksana Olga. Op. cit. p. 428,

A única forma dos russos, ucranianos e bielorrussos fugirem a esta pressão foi refugiar-se nos campos dos deslocados de guerra de outras nacionalidades. De todos os campos de DPs, organizados na Alemanha, o mais acessível para os eslavos, em geral, era o dos poloneses, em primeiro lugar porque, demonstrando espírito humanitário dispuseram-se a receber-los, em seus campos, pois sabiam das dificuldades pelas quais passavam todos que não queriam ser repatriados. E por causa da semelhança do idioma, em segundo lugar. Sendo os campos de DPs, poloneses vigiados e controlados pelos próprios poloneses, estes impediam a entrada de soldados soviéticos para procurar seus cidadãos que por acaso estivessem escondidos entre os poloneses. Quando os soviéticos insistiam em entrar, eram sempre acompanhados pelos guardas do campo e ainda pelos soldados aliados, americanos, franceses ou ingleses, dependendo da área de ocupação.

Depois de abolida a cláusula de repatriação obrigatória, os que se encontravam nos campos de DPs, poloneses continuaram no meio deles. (19) Já com nomes trocados, receberam autorização para viajar, como poloneses. Chegando ao Brasil alguns continuaram se dizendo poloneses, embora seus documentos, na grande maioria, informassem sua nacionalidade real.

Esta é a explicação para a presença de elementos de origem eslava, não-poloneses, que vieram como poloneses, e para o uso da língua polonesa entre eles.

(19) Embora a cláusula referente à repatriação obrigatória tivesse sido abolida, afirmam os entrevistados que, como a União Soviética persistia em exigir a repatriação de seus cidadãos, havia constantes buscas organizadas por soldados do exército soviético entre os deslocados de guerra, para localizar e retirar, à força, os naturais de países então pertencentes à U.R.S.S. Essa constante busca não só se dirigia aos cidadãos saídos do país durante a Segunda Grande Guerra mas também aos cidadãos residentes na Alemanha mesmo em épocas anteriores.

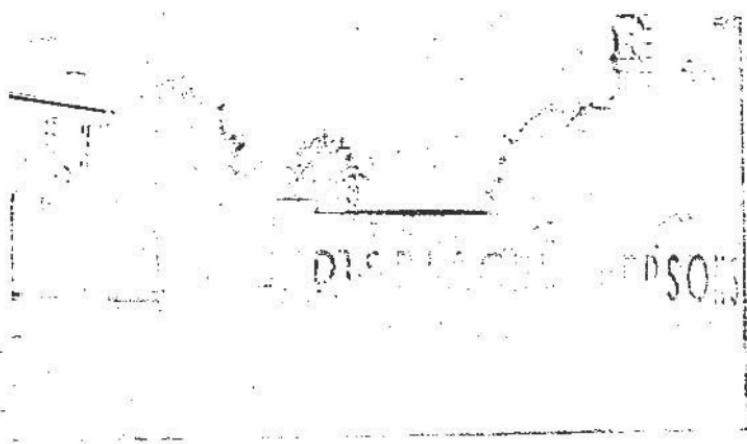


Fig. 3 - Foto de um campo de DPs, na Alemanha.

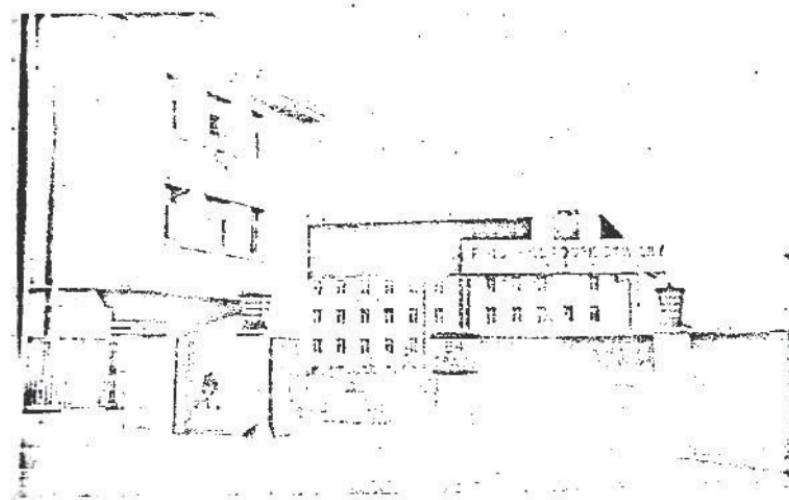


Fig. 4 - Foto do Campo de DPs, polonês.

Em relação aos imigrantes originários da Polônia, já a situação divergia da anterior.

O país foi tomado pela União Soviética e lá se introduziu o regime comunista; como era de se esperar, muitos dos poloneses não aceitaram o novo regime.

Os motivos apresentados pelo conjunto dos entrevistados, para não voltarem à sua terra; coincidiram, na totalidade, e se resumem nos seguintes itens:

- todos ou quase todos os familiares, foram mortos ou levados para trabalhar na Alemanha;
- seus bens (a maioria era de lavradores, pequenos proprietários, profissionais liberais e operários de diversos ramos de atividade) foram tomados ou destruídos e agora viam perdidas as possibilidades de recuperá-las, com o novo regime instalado;
- sendo o povo polonês tradicionalmente católico e de uma religiosidade muito arraigada, não concebiam a idéia de voltar a seu país e não podarem mais praticar sua religião, com tudo o que continha de tradições, ritos, cerimônias e celebrações diversas.

Por tudo isso, optaram por viver em outro país onde pudessem dispor de liberdade para escolher seu estilo de vida segundo os critérios e as necessidades deles naquele momento.

A partir do ano de 1947, começou a grande emigração dos DPs, para os países que os quisessem receber. Franceses, italianos, belgas e outros voltaram imediatamente às suas terras. Somente as pessoas provenientes dos países ocupados pela U.R.S.S. é que tiveram sérios problemas. E os que não desejavam repatriar-se, optaram pela emigração.

Mas como explicar a presença de alemães nesse meio,

se o alemão foi o invasor da Polônia e dos demais países vizinhos, e, se mesmo após a derrota e rendição da Alemanha, eles podiam continuar em sua terra?

O delegado da I.R.O., em Goiás, deixou bem claro que a I.R.O. não permitia a emigração de alemães, nem se ocupava deles. A I.R.O. tinha por finalidade resolver o problema dos estrangeiros que se encontravam na Alemanha, mas não dos alemães. Mesmo assim, eles vieram para o Brasil na qualidade de DPs. Juntamente com os poloneses verdadeiros, e com os demais grupos eslavos que se haviam refugiado nos campos de DPs. poloneses, partiram para o Estado de Goiás e foram para a Cooperativa de Itaberaí.

Como emigraram estes alemães, e por qual motivo?

A resposta a esta pergunta foi dada tanto por duas famílias alemãs, como por todas as famílias polonesas entrevistadas sobre o assunto.

Antes do início da Segunda Grande Guerra, havia inúmeras famílias alemãs nos países vizinhos como Polônia, Rússia, Iugoslávia, etc. Estavam ali radicadas havia muitos anos, falavam perfeitamente o idioma daqueles países.

Na Polônia, segundo as entrevistas, eram consideradas como polonesas; até os documentos eram expedidos pelo governo polonês, e com frequência os filhos eram nascidos e registrados nesse país.

O relacionamento entre estas famílias alemãs e as polonesas era razoável, apesar da tradicional rixa entre alemães e poloneses surgida ao longo da história. Depois de alguns anos, estavam todos perfeitamente radicados e integrados no meio polonês.

"A gente nem se lembrava mais que eles eram descendentes"

dentes de alemães". (20)

Foi quando começou a guerra. Hitler fez um apelo a todos os alemães do mundo que se encontravam dispersos, no sentido de que voltassem para a Alemanha a fim de participar do exército alemão. Inclusive do Brasil houve resposta ao anel de Hitler, e inúmeros alemães regressaram à pátria para se engajar nas fileiras do exército hitlerista; outros mandaram seus filhos que, por sinal, tinham nacionalidades diversas.(21)

O mesmo aconteceu com os alemães e com seus filhos residentes nos países vizinhos da Alemanha. Os poloneses, por exemplo, ficaram profundamente abalados quando viram seus vizinhos e amigos repentinamente passarem a integrar o exército invasor, em lugar de defender a Polônia. "Não sentiam pelos que vinham da Alemanha tanta aversão como pelos que eram "de casa" e se voltaram contra seus vizinhos e amigos.

Explicam os poloneses que alguns destes alemães, que viviam na Polônia, e durante a guerra passaram a ser chamados pelos alemães de "volksdeutsch" foram piores e mais cruéis que os do exército alemão. "Parece que eles queriam provar ao exército alemão que eram tão bons ou melhores que os soldados da Alemanha", dizia um polonês. A mesma pessoa explica que este modo de ver os "volksdeutsch" não se aplica a todos eles, isto é, não pode ser generalizado a todos os Volksdeutsch de todos os países. Uma família de alemães radicada na Rumênia, por exemplo, explicou-me que, diante do apelo de Hitler, foram para a Alemanha. Lá entregaram quase tudo o que possuíam em bens e dinheiro para o governo. Após a capitulação da Alemanha

(20) Declaração de um polonês entrevistado, Sr. M.K.

(21) Entrevista com o cônsul honorário da República Federal da Alemanha, em Goiânia.

"sumiram" com os documentos de alemães e emigraram como rumenos, integrando uma das levas de DPs. Chegaram ao Brasil e até hoje se dizem rumenos. Estes seriam considerados, também volksdeutsch, mas optaram por um comportamento diverso daquele referido pelos poloneses entrevistados.

"O problema de relacionamento entre polonês e alemão, já era tenso desde muito tempo antes da guerra. A dominação econômica, a superioridade militar e a própria arrogância da raça ariana, fizeram com que eles fossem mal vistos". (22)

A atuação dos volksdeutsch na invasão da Polônia pela Alemanha só podia contribuir para piorar este relacionamento. Entretanto, a guerra chega ao fim. O alemão, de invasor e vitorioso passa a ser o vencedor da guerra, e além do mais se vê na obrigação de sustentar os deslocados de guerra, por certo tempo, em seu próprio território. Os tempos de pós-guerra foram difíceis, a Alemanha era um país que enfrentava sérias dificuldades econômicas. O volksdeutsch se tornou um peso a mais sobre a população alemã propriamente dita que já enfrentava sérias dificuldades para assegurar sua própria sobrevivência.

Muitos dos volksdeutsch mais uma vez mudaram de bandeira e de pátria. Utilizando-se de documentos poloneses, rumenos e outros, e falando perfeitamente a língua destes povos, passaram para o grupo de "deslocados de guerra", com direito à emigração através do auxílio dos órgãos internacionais, especializados, auxiliip este a que não teriam direito como alemães.

Outros casavam-se com estrangeiros: alemães com poloneses, por exemplo, pois neste modo podiam emigrar com os des-

(22) Comentário de um polonês, Sr. E.V., durante a entrevista.

locados de guerra para onde quisessem.

E foi assim que nas levas de DPs, que vieram para o Brasil, e que compunham o grupo de associados da Cooperativa, houve tal confusão de nacionalidades. Havia não poucos volksdeutsch nesse meio, entre os rumenos, poloneses, ucranianos, etc. (23)

(23) Como explico na Introdução, há certos fatos para os quais é totalmente impossível conseguir documentos comprovatórios. É o caso dos Volksdeutsch. Já foi muito difícil obter estas informações oralmente. E nunca as forneceriam por escrito e nem mesmo em fita gravada. Foram obtidas depois de alguns anos de contato frequente com os imigrantes - três anos e meio, para ser mais preciso - depois que expliquei com a maior clareza possível o objetivo do trabalho: a elaboração da dissertação de mestrado sobre a Cooperativa de Imigrantes em Itaberaí. Considero estas informações como verídicas porque não houve contradição nas informações prestadas, qualquer que fosse a nacionalidade dos entrevistados.

IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O BRASIL E SUA INSERÇÃO NA
POLÍTICA
IMIGRATÓRIA BRASILEIRA

I - IMIGRANTES POLONESSES

O grupo constituído pelos associados da Cooperativa, que informam os dados referentes à nacionalidade, contava com 40,4% de poloneses (1). A estes devem-se somar os demais participantes de origem eslava (russos, ucranianos e bielo-russianos) e os vollsdeutsches, cujo número é impossível de se precisar e que se abrigaram também nos cãibos do BPs. poloneses.

Possivelmente, nem todos os participantes do grupo vieram para o Brasil sob a bandeira polonesa. A única certeza é de que, além dos 40,4% realmente poloneses, vieram inúmeros outros não poloneses como se fossem desta nacionalidade, a ponto de marcar o grupo, diante dos brasileiros, como sendo exclusivamente polonês. Por este motivo, em vista de situar histórica e cronologicamente este grupo, em busca de inserí-lo numa das etapas do contexto da imigração europeia rumo ao Brasil, não vi outra alternativa a não ser considerá-lo como participante de uma das fases da imigração polonesa, indubitablemente considerando o polonês como elemento dominante entre os sócios da Cooperativa.

(1) Conforme Tabela II constante deste trabalho à página 627 elaborada a partir de documento datilografado referente aos associados da Cooperativa.

2 - POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA E A IMIGRAÇÃO POLONESA.

Houve três grandes fases de imigração polonesa em direção ao Brasil. A primeira de 1876 a 1890. A segunda de 1906 a 1914 e a terceira após 1945 (2).

Em lugar de abordar cada uma destas fases isoladamente, preferi inserí-las dentro do contexto histórico da política imigratória brasileira tendo como ponto de partida a independência do Brasil (3). Pois foi ao se tornar independente que surgiu a preocupação com o preenchimento dos grandes vazios demográficos, não só em vista de assegurar a soberania nacional como também da valorização econômica do país (4).

Inicia-se a política de "open door", já adotada nos Estados Unidos..

Objetivando atrair imigrantes alemães, uma lei de 1820 doava terras a lavradores que fossem católicos (5).

Repetidos fracassos no desenvolvimento desses empreendimentos colonizadores, entretanto, provocaram fortes repercussões internas que culminaram com a lei de 15 de dezembro

(2) WACHOWICZ, Ruy Christovam. "Conjuntura Emigratória Polonesa no Século XIX", in Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa ac Paraná. Vol. I, 1970, p. 54 e 55.

(3) "Na história americana, de modo geral, a palavra "imigração" tem sido empregada restritamente para o período posterior à Independência. Na história do Brasil, o termo "imigração" foi usado de forma mais restrita ainda, referindo-se apenas à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja sob as diversas formas de salariado". BALHANA, Altiva Pilatti e outros, op. cit. p. 379.

(4) ibid. p. 356

(5) ibid. p. 357.

de 1830 proibindo quaisquer desengas com imigrantes efetuadas com verbas provenientes dos cofres públicos.

Em 1834, o Ato Adicional dá alguma abertura ao problema da imigração: confia aos governos provinciais a tarefa de: "... promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias..." (6), dando assim um novo impulso à imigração, que a citada lei de 15 de dezembro de 1830 havia desestimulado.

A partir de 1842, no Brasil, e de modo especial nas fazendas cafeeiras de São Paulo, já se fazia sentir de modo agudo a insuficiência de mão de obra de baixo custo. Encaminhava-se o Brasil para a abolição da escravidão africana, cujo tráfico já havia sido interrompido em 1850. A economia nacional baseava-se na produção e exportação do café.

"O latifúndio do café é um sistema de interação e de acomodação entre uma instituição da propriedade, um sistema de produção para exportação, que constituía a base vital da economia nacional, o trabalho escravo, uma classe dominante, dona da propriedade, do escravo, da produção, da renda da exportação e do poder político nacional" (7).

Evidentemente o enfraquecimento ou a ausência de qualquer um desses elementos desequilibraria todos os demais.

"A cessação do tráfico de escravos ameaçou todo o sistema vigente, justamente no momento em que a economia nacional mais necessitava de braços na lavoura. A carestia era geral" (8).

Constatava-se então uma espécie de aliança entre o Conselho do Estado e os grandes produtores de café. Estes últi-

(6) Id. Ibidem. p. 357

(7) ibid. pp. 346 a 347.

(8) ibid. p. 348

los, antevendo a possibilidade de encontrar no imigrante a mão-de-obra de baixo custo de que necessitam, propõem que o acesso à terra no Brasil se dê unicamente através da compra, o que impediria os imigrantes de possuírem suas terras, obrigando-os a trabalharem para os grandes produtores do café. Se os imigrantes formassem núcleos coloniais onde eles fossem os proprietários, não resolveriam o problema da falta de mão-de-obra nos cafetais.

Ao mesmo tempo, entretanto, a monocultura cafeeira trouxe um outro problema: o da ausência de produtos alimentícios provenientes da lavoura cujos preços atingiram níveis elevadíssimos.

Portanto, se de um lado permanecia a pressão por parte dos cafeicultores no sentido de impedir a propriedade da terra ao lavrador imigrante, de outro lado tornava-se cada vez mais aguda a ausência dos demais produtos agrícolas que constituiam gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que provocava sérias crises econômico-sociais. Era impescindível que agricultores, não ligados à monocultura cafeeira, se dedicassem à agricultura produzindo os alimentos indispensáveis à toda a população.

Face a este duplo problema, mantiveram-se no Brasil duas posições em relação à imigração, ao mesmo tempo: a primeira, oficial, em que o governo continuava criando núcleos de colonização estrangeira; e a segunda, particular mas com apoio governamental, que insistia na obtenção de trabalhadores para as fazendas de café. (9)

São duas orientações contraditórias vigorando simultaneamente.

(9) Ibid. p. 357.

tancamente.

A lei orçamentária nº 512, de 28 de outubro de 1848 reafirma a competência dos governos provinciais de colonizar, e permite a utilização de terras devolutas para a criação de núcleos coloniais.

Mas a Lei de Terras, de 1850, em seu artigo 1º afirma: "ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra" (10).

Dado o constante aumento de preços verificado nos produtos agrícolas de primeira necessidade, procurou-se suavizar o radicalismo da Lei de Terras na sua regulamentação, através da qual o acesso às terras se tornou possível a pessoas de qualquer nacionalidade, e concediam-se auxílios à colonização (11).

A primeira fase da imigração polonesa tem início em 1876, e vai até 1890. Chegando ao Brasil, depararam-se os imigrantes com situação de crise econômica, crise do não-de-obra e de alimentos de primeira necessidade, e um clima de indisposição contra os estrangeiros que não quisessem se empregar nos latifúndios do café, preferindo trabalhar em terras destinadas à colonização ou nas cidades.

A política imigratória brasileira então adotada visava a dois objetivos básicos:

- criar núcleos coloniais, principalmente nos estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a fim de organizar sólidos núcleos de produção agrária de subsistência;

(10) ibid. p. 358

(11) ibid. p. 359

- obter numerosa mão-de-obra para as fazendas de café, notadamente para as de São Paulo (12).

Entretanto, como se lê em "Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização" (13), já se demonstrou claramente que "o imigrante foi chamado e a imigração incentivada pela classe dominante que detinha o poder político, apenas para substituir o escravo, e não para preencher vazios demográficos; a colonização foi uma derivação histórica que, por sua vez, provocaria aumento da complexidade da situação". (14)

Era necessário que o número de imigrantes fosse muito acima das necessidades reais da lavoura, que a oferta excedesse de muito a procura, a fim de que os "colonos" se contentassem com salários razoáveis e pudessem também ser substituídos com facilidade (15).

Diante da pressão da classe dominante e da grave crise econômica em que se encontrava o país, o governo brasileiro assinou contrato com várias companhias de navegação responsabilizando-se pelo pagamento "per-capita" dos imigrantes desembarcados no Brasil.

Objetivando ainda proporcionar maiores facilidades no recrutamento do colono europeu, o governo brasileiro comprometeu-se a pagar a passagem de navio para quem quisesse vir instalar-se definitivamente no Brasil.

(12) WACHOWICZ, Ruy Christovam. A "Febre brasileira" na Imigração polonesa, in Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, Curitiba, Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, Vol. I, 1970, p.30.

(13) BALHANA, Altiva Pilatti e outros, op. cit. p. 348.

(14) id. ibid. p. 349

(15) id. ibid. p. 350.

Além disso, deve-se levar em consideração o aspecto propaganda. "O Brasil passou a ser apresentado como a continuação do paraíso, terra onde corria leite e mel. A fertilidade do solo era apresentada como esnástosa. Tal propaganda logo caia em excessos lamentáveis, explorando eficientemente a psicologia do camponês.

Na Polônia, tal campanha encontrou campo dos mais propícios. Trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários, trabalhadores urbanos, todos divisaram rara oportunidade para imigrarem. Foi a chamada "gorącza Brazylijska" (febre brasileira) (16).

(16) "Durante essa "febre brasileira", o Paraná, foi até envolvido numa lenda, surgida pelas aldeias polonesas, na qual manifesta-se a mentalidade simples do camponês, amplamente influenciada pelo jugo político estrangeiro, o qual procurava tirar-lhe a própria terra; ourossim, manifesta o domínio que a espiritualidade cristã exercia sobre a sua imaginação. Dizia a lenda que o Paraná este então estava encoberto por névoas e que ninguém sabia de sua existência. Era uma terra em que corria leite e mel. Então a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido povo lhe dirigia, dispersou o nevoeiro e predestinou-lhe o Paraná. Tal decisão a Virgem Maria havia comunicado ao Papa, o qual, sensibilizado pelo destino da cristandade polonesa, convocou todos os reis e imperadores da terra, para sortear a posse de tal território. Por três vezes consecutivas foi tirada a sorte, e sempre o Papa era o contemplado. Então o Papa solicitou ao Imperador brasileiro que distribuisse essas terras aos poloneses, para que a tivessem à fartura e ali pudesssem viver felizes, expandindo o seu cristianismo. Num tal ambiente, abandonavam os camponeses suas aldeias, na esperança de deixar a miséria e o sofrimento para trás. Lançavam-se às cegas, sem nenhuma idéia do mundo exterior, mas possuindo aquilo que eles consideravam imprescindível: as bênçãos da Virgem Maria. Tanto se passou a falar do Paraná, que até os proprietários remedados abandonavam com suas famílias sua terra natal e tumultuosamente, porém com esperança, procuravam chegar até esta terra desconhecida". - WACHOWICZ, Ruy Christovam, A "febre brasileira" na imigração polonesa, op. cit. p. 37.

Essa primeira fase imigratória polonesa terminou em 1909. E a segunda fase vai de 1906 a 1914.

Em 1907, determina o decreto federal nº 6.155: "serão acolhidos como imigrantes os estrangeiros menores de 60 anos que, não sofrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão ilícita, não sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dententes ou inválidos, chegarem aos portos nacionais como passageiros de terceira classe, ou à custa da União, dos Estados ou de terceiros" (17).

Nesta segunda fase, o Brasil, sentindo-se necessitado de mão-de-obra barata e numerosa para a construção de estradas de ferro, como é o caso da que liga São Paulo ao Rio Grande do Sul, volta à sua antiga política de oferecer passagem gratuita a quem desejasse emigrar e, obviamente, interessava-se apenas por pessoas em condições de produzir, isto é, por pessoas saudáveis e relativamente jovens que constituíssem, no Brasil, mão-de-obra barata e de bom rendimento.

O retorno a essa política fez aumentar novamente o número de imigrantes, os quais, além de trabalharem na construção de ferrovias, também eram encaminhados para as inúmeras colônias então criadas. Este período caracteriza-se também pela participação acentuada do grupo étnico ucraniano. A vinda em número elevado de imigrantes poloneses e ucranianos somente vai ser interrompida pela deflagração da Primeira Grande Guerra.

Segundo Caio Prado Júnior, a política de colonização já havia sido abandonada desde 1885. E quando a retomaram em 1906, não passava de pretexto para fazer entrar contingentes de

(17) DALEANA, Altiva Pilatti e outros, op. cit. p. 363.

trabalhadores assalariados para as fazendas de café. Essa situação durou de 1905 a 1907, quando começaram a diminuir a exportação do café. Nessa época as imigrações foram deixando de interessar ao Brasil (18).

Considerando-se a segunda fase da imigração polonesa, no período que vai de 1906 a 1914, ela se encaixa perfeitamente no espaço de tempo ao qual se refere Caio Prado Júnior a respeito da política imigratória brasileira, citado no parágrafo anterior.

Em dezembro de 1930 o decreto nº 19.482 limita a entrada de estrangeiros viajantes de terceira classe alegando o seguinte: "Tendo em vista a situação de desemprego em que se encontra um grande número de operários nos centros urbanos e tendo em vista que uma das causas desta situação foi a afluência desordenada de estrangeiros, o governo decide limitar a imigração" (19).

Este decreto exigia ainda de todas as empresas a contratação de pelo menos 2/3 de brasileiros. Só previa a contratação de estrangeiros em maior proporção unicamente no caso de absoluta falta de nacionais e exclusivamente para serviços técnicos.

A Constituição de 1934, no parágrafo 6º do artigo 21, reforça e amplia a política restritiva, instituindo o sistema de quotas.

"A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, por-

(18) Citado por Leide Esterci. O Mito das Democracias no País das Bandeiras, mimeografado, p. 23.

(19) BILHARA, Alcina Filatti e outros, op. cit. p. 363.

rém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos" (20).

A Constituição de 1937 manteve, no artigo 151, o regime de quotas estabelecidas na Constituição de 1934.

Esta nova legislação é que instituiu em maio de 1933 o Conselho de Imigração e Colonização, para que fosse "órgão de controle, de iniciativa e coordenação da imigração e colonização" (21).

A partir de 1945, tem início a terceira fase de imigração polonesa, após a Segunda Grande Guerra. É nesta fase que se insere o grupo de imigrantes deslocados de guerra da Cooperativa Agro-Pecuária de Itaboraí de Responsabilidade Limitada, objeto deste estudo, constituído de 40,4% de poloneses.

A legislação, nesse período, é mais flexível que a anterior, no que se refere à imigração.

A Constituição de 1946 limita-se a estabelecer, em seu artigo 162, que: "... a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional".

No parágrafo único dispõe: "Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e colonização devendo nesta aproveitar nacionais" (22).

Mais tarde, a 13 de setembro de 1945, o decreto-lei Nº 7.967 "dispõe sobre a imigração espontânea e a dirigida es-

(20) Id. ibid. p. 363

(21) Id. ibid. p. 364

(22) Id. ibid. p. 364

ta planejada, organizada e executada pelos poderes públicos, e que criou o órgão supremo federal, dotado de amplas e bem determinadas atribuições nessa matéria, distribuídas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, entidade paraestatal, subordinada ao Ministério da Agricultura, pelo Decreto-lei Nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, e resultante da fusão do Departamento Nacional de Imigração e Colonização, do Conselho de Imigração e Colonização, e da Divisão de Terras e Colonização. O referido órgão, por seu turno, foi extinto pela Lei delegada Nº 11, de 11 de outubro de 1962" (23).

Em julho de 1947, o diretor do DASP organizou uma série de conferências naquele órgão a respeito da imigração.

Entre outros oradores, falou o Deputado Federal Dâmaso Rocha.

Commentando a legislação brasileira referente à imigração, apresentou inicialmente uma série de dados estatísticos com os quais elaborou a tabela que se segue:

TABELA III

Nº de imigrantes que entraram no Brasil em períodos compreendidos entre 1884 a 1945.

PERÍODOS	Nº DE ANOS	TOTAL DE IMIGRANTES P/ PERÍODO
De 1884 a 1893	10	1.883.668
De 1894 a 1903	10	870.694
De 1904 a 1913	10	1.006.000
De 1914 a 1923	10	503.981
De 1924 a 1933	10	737.223
De 1934 a 1939	6	165.118
1940	1	19.604
De 1941 a 1945	5	18.432

Fonte: (24)

(23) FISCHLOWITZ, Estanislau. *Valorização dos Recursos Humanos do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, Serviço de Publicação, 1972, p. 225.

... E afirma: "Pelo exame desses números pode-se concluir que nossa imigração tem sido relegada a um plano secundário, com graves inconvenientes para o país. Causas diversas influíram para esse estado de coisas. A legislação que o governo federal expediu, de 1933 a 1945, tem caráter jacobino, nativista. A segunda Grande Guerra veio embaraçar a imigração, a não ser dos refugiados de guerra. Em 1941 foi assinado o decreto-lei Nº 3.175 para restringir a imigração. A lei foi inspirada por motivo de segurança, mas seu rigor foi excessivo" (25).

Também Caio Prado Júnior se manifestou a respeito das restrições impostas pela legislação à política imigratória. Diz ele que realmente a política de colonização através de imigrantes era apenas uma forma de conseguir trabalhadores assalariados para os cafezais. E "... dencis de 1930, quando ocorre a grande crise de superprodução do café, adota-se com relação ao problema imigratório uma política inversa, isto é, de restrições drásticas que perduram até nossos dias" (26).

A que período da História do Brasil corresponde esta legislação sobre imigração?

Em 1937 instalou-se o Estado Novo. Mas já em 1930 começaram as "restrições drásticas" referidas por Caio Prado Júnior, e comprovadas pelos dados estatísticos do Deputado Federal Dámaso Rocha: de 1934 a 1939 entraram 165.118 imigrantes; em 1940, 19.604 imigrantes. De 1941 a 1945 entrou no país uma média de 3.636,4 imigrantes. Como se pode facilmente constatar

Imigração, Colonização e Naturalização), discurso, in Revista do Servidor Público, Rio de Janeiro, Edit. pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Ano X, Vol. III, Nº 3 e 4, Novembro, Dezembro, 1947, p. 59.

(25) Ibid. p. 60

(26) Citado por Neide Esterci, Op. cit. p. 23.

as restrições eram grandes. (Anexo III). A determinação de que a quota de imigrantes que o Brasil poderia receber anualmente fosse de apenas 2% sobre o total de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no país, no período de 1º de janeiro de 1934 até 31 de dezembro de 1931, favoreceu os portugueses, que haviam entrado em maior número nesse período.

Por outro lado se estabelecia que o saldo resultante da diferença entre a quota real fixada para uma nacionalidade e a parte desta quota que estivesse sendo realmente utilizada poderia ser aproveitada por outra nacionalidade, desde que tivesse sempre em vista a necessidade de assegurar "a integridade étnica, social, econômica e moral da Nação" (27).

Segundo afirmações do Deputado Federal Dâmaso Rocha, "a atmosfera que existia na Constituição de 1946 era bem diferente, embora certas opiniões se manifestassem no velho sentido. Não se cogitou, na Constituição de 1946, da instituição de regimes de quotas. Foi dito que a imigração deverá sujeitar-se aos interesses nacionais, o que é lógico, justo" (28).

Vê-se, portanto, que as constituições de 1934 e 1937 dificultavam a imigração adotando, entre outras medidas restritivas, o sistema de quotas. Já a de 18 de setembro de 1946 dispensa a quota de 2%. Insiste principalmente na seleção médica e sócio-cultural.

Houve, dessa forma, uma certa abertura na legislação, logo após o fim do Estado Novo. Em 1945 termina a Segunda Grande Guerra. E o Brasil é um dos países que assina acordo com a I.R.O. no sentido de acolher os imigrantes. Pode-se di-

(27) Id. ibid. p. 24.

(28) ROCHA, Dâmaso. Op. cit. p. 60.

zer que a abertura constatada na legislação de 1946 é de certa forma forçada pelas circunstâncias criadas com o final da guerra. Já em 1948 começam a chegar os primeiros eslavos, os DPs, da Segunda Grande Guerra.

Só então tem início a terceira fase de imigração polonesa.

Comparada com as fases anteriores, as diferenças são bem grandes:

a) de certa forma o Brasil foi escolhido pelos imigrantes, não por um critério de preferência, e sim de exclusão. Já não se manifestava o mesmo interesse por parte das autoridades brasileiras e dos grandes proprietários, como sucedeu nas fases anteriores. Não houve aquela propaganda intensa das outras vezes, mas apenas uma informação bastante discreta por meio de palestras e avisos por estação de rádio. Dentro os motivos mais indicados, nas entrevistas, de escolha deste país, por parte dos imigrantes, estão:

- o fato de já haver elevado número de imigrantes poloneses no sul do país, os quais eram conhecidos de muitos que haviam ficado ainda na Europa;
- o fato de o Brasil não exigir um contrato prévio de um a dois anos com o imigrante (homem chefe de família) como acontecia com outros países, entre eles, Canadá e Austrália. Quando optavam pelo primeiro, informaram os entrevistados, as mulheres e filhos ficavam na Alemanha e somente o marido partia para o Canadá, onde permanecia dois anos a título de experiência, período esse em que se verificava sua capacidade de adaptação e seu rendimento no trabalho que era justamente o mais pesado possível;

a derrubada de árvores nas regiões geladas do norte de Canadá, e o transporte dessa madeira para as cidades mais próximas. A França e a Bélgica, por exemplo, exigiam também contrato de trabalho, mas com a condição de que fossem homens solteiros e destinavam-nos apenas aos trabalhos nas minas de carvão. Não havia margem para outras opções. Se as autoridades canadenses julgasse conveniente sua instalação definitiva no país, autorizariam a vinda da família. Caso contrário, o imigrante voltaria à Alemanha no final do contrato e daí emigraria para outro país de sua preferência, mas tais casos, pelo que se sabe, não foram registrados, pois provavelmente todos se mostraram aptos aos diversos serviços e se adaptaram da melhor forma possível. Já naar a Austrália havia o mesmo contrato, mas a família ia sempre junto.

O Brasil, não fazendo essa exigência de contrato prévio, obtinha preferência no momento da escolha do destino da família imigrante. As únicas exigências feitas para entrar no Brasil eram:

- possuir sanidade física e mental;
- ser alfabetizado;
- ter uma profissão, dentre as quais se dava preferência a lavradores e técnicos de modo geral;
- preferir-se, no caso de lavradores, a famílias numerosas.

Uma vez preenchidas as exigências, as famílias eram transportadas da Alemanha através dos portos de Hamburgo e Nápoles para o Rio de Janeiro, onde se alojavam por algum tempo na Ilha das Flores. Uma vez no Brasil, eram novamente submeti-

dos a testes de verificação de sanidade física e mental - e em seguida, escolhiam o Estado onde desejavam se instalar.

b) Quanto às passagens transoceânicas, também estas não eram mais pagas pelo Governo Federal como das outras vezes, e sim pelo I.R.O. O interesse em que os imigrantes viessem para cá, após a Segunda Grande Guerra já era de ordem internacional, e não mais de uma minoria de grandes proprietários preocupados com o prejuízo que teriam com a libertação dos escravos, como aconteceu em 1888.

c) Pressão externa. Embora a participação do Brasil na Segunda Grande Guerra tenha sido mínima, ele se viu, num dado momento, obrigado a receber os "Displaced Persons", pois fazia parte da O.N.U. e esta se comprometera, em conjunto, a alojar os DPs, que não desejavam ou não podiam voltar à sua terra natal. Embora não houvesse interesse por parte do país - como o provam sobejamente as leis referentes à imigração em vigor na época - o governo brasileiro assinando um acordo com a I.R.O. "... para o recebimento dos deslocados de guerra, tendo em vista o restabelecimento desses e vantagens para o Brasil, contribuiu para a solução de um problema internacional, comprometeu-se a ajustar o imigrante ao nosso meio..." (29).

Como confirmação da participação do Brasil ainda antes do início da guerra, e apesar de sua posição política de restrição imigratória em reuniões internacionais destinadas a buscar solução ao problema dos imigrantes em geral, e também da existência da referida "pressão externa" sobre o Brasil após a guerra, no sentido de receber os DPs., encontrei em dis-

(29) I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, Conselho de Imigração e Colonização, 1949 p. 64.

cursos pronunciados por autoridades da época trechos que aludem com clareza a estes fatos.

Em uma conferência feita em 1947 sobre a política migratória brasileira, afirma o então Deputado Federal Dâmaso Rocha: "Em 1936, uma Comissão de Bureau Internacional do Trabalho, especializada em migração, propôs a reunião de uma conferência para o estudo do tal assunto.

Em 1938, reuniu-se a Conferência na cidade de Genebra, com representantes de países europeus e americanos, inclusive o Brasil" (30). - Logo após a guerra, o Brasil continuava presente nessas reuniões e conferências sobre imigração. Mas não tomava posições concretas no sentido de favorecer e estimular a vinda de estrangeiros para seu território.

O Ministro da Agricultura em 1949, Daniel de Carvalho, no discurso de abertura da I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização diz: "... a própria sociedade internacional apela para os nossos sentimentos de humanidade e nosso amor à liberdade, no sentido de que acolhemos milhares de famílias vítimas das depredações da guerra..." (31).

Se Daniel de Carvalho fala em "apelo", Dr. A. Junqueira Ayres, diretor geral do DASP, em 1947, mostra o problema da imigração nesse período de modo mais drástico: "Não podemos, entretanto, subtrair-nos desta atualidade inexorável ... Ou nos preparamos para os acontecimentos, ou seremos arrastados na sua órbita". (32).

(30) ROCHA, Dâmaso. Op. cit. p. 60.

(31) CARVALHO, Daniel de. *Discurso*, in I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, Rio, C.I.C. 1948 p. 25.

(32) AYRES, A. Junqueira. *Discurso*, in Revista do Servidor Públ. Rio, Edit. pelo Depto. Administrativo do Serv. Publ. Ano X, vol. III, nºs. 3 e 4, nov. dez., 1947, p. 57.

No discurso do Dr. Dâmaso Rocha, ao qual já fiz referência anteriormente, existe ainda um dado marcante, a respeito da seleção de imigrantes a serem recebidos pelo Brasil, e da pressão externa nesse sentido: "Vão longe os tempos em que era facultado escolher livremente os imigrantes que desejássemos, a mão-de-obra mais conveniente aos nossos interesses"(33).

Segundo informou o Eng. Jerônimo C. Bueno, governador do Estado de Goiás na ocasião da chegada dos imigrantes, houve, entre outras, uma pressão muito grande do Vaticano sobre o Brasil e outros países latino-americanos, no sentido de receber os DPs., especialmente os poloneses. Atribui essa preocupação do Vaticano à foto de os poloneses serem tradicionalmente conhecidos como um povo profundamente católico. Provavelmente, supunha o Vaticano que sendo também o Brasil um país de tradição católica, teriam aqui estes imigrantes uma receptividade diferente da que poderia ser oferecida por países de religião protestante predominante, ou de outros credos, que não o católico.

Confirmando essa atitude por parte do Vaticano, transcrevo em seguida trecho do discurso de Monsenhor Ambrósio Marchioni, representante do Núncio Apostólico no Brasil em 1949: "Tendo sido considerado o Brasil um dos países capazes de poder absorver um relevante número de imigrantes e deslocados de guerra, a Santa Sé, desde o começo, quis cooperar nesta obra eminentemente humana e cristã certa de que, pela tradição cristã, pela nobreza de ânimo, pela riqueza do solo, pelo interesse mesmo do Brasil, teria encontrado a mais ampla compreensão por parte do Governo Brasileiro".

(33) ROCHA, Dâmaso. Op. cit. p. 60.

E continua mais adiante:

"Um exemplo de prática cooperativa da Igreja e da Santa Sé ao problema migratório no Brasil foi a criação do "Comitê Católico de Imigração", integrado e dirigido por filhos deste País, e que já vem funcionando, há algum tempo, no Rio de Janeiro.

Outros "comitês" católicos estão para surgir nas várias Dioceses de desembarque e de destino de imigrantes, e tais "comitês" diocesanos serão articulados com o "Comitê Nacional Católico", o qual, tendo sua sede no Rio de Janeiro, poderá melhor e mais rapidamente estabelecer os primeiros contatos com todas as autoridades governamentais propostas à imigração e à Colonização" (34).

(34) MARCHIONI, Ambrósio. (Representante do Sr. Núncio Apostólico) in I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, 1949, C.I.C., pp. 36-37.

3 - I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

- Ba conjugação de forças diversas, tais como:
- pressão externa sobre o Brasil, exigindo que ele recebesse os DPs.;
 - o interesse de elementos do governo federal, como o General Euríco Gaspar Dutra e o Ministro Jorge Latour em auxiliar alguns dos milhares de indivíduos sem meios de sobrevivência a não ser a própria força de trabalho, arroçando-os como mão-de-obra eficiente e qualificada no Brasil;
 - a preocupação de povoar as áreas mais desnoveadas do Brasil, sendo Goiás uma dessas áreas desnoveadas;
 - o interesse pessoal do então governador, Sr. Jerônimo Coimbra Bueno em trazer esses DPs. para o Estado de Goiás, com a intenção de colaborar com eles, certo de que eles por sua vez beneficiariam o Estado com sua capacidade de trabalho e contribuiriam para elevar o nível dos brasileiros à medida que, convivendo com eles, pudesse lhes transmitir uma série de conhecimentos e técnicas;
 - diante da necessidade urgente e inadiável de o Brasil se definir, perante si mesmo e perante as nações aliadas, a respeito de sua posição em vista da solução do problema dos deslocados de guerra, é que se pensou na realização da I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização.

E era perfeitamente normal que a escolha do local recaísse sobre Goiânia, a jovem capital do Estado que comunicava

a abertura de suas portas aos imigrantes e aos deslocados de guerra.

A I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização realizou-se em Goiânia, e para ela se voltaram todas as atenções dos nossos dirigentes e de todas as entidades interessadas no desenvolvimento do Brasil; os homens de ciência prestaram sua colaboração à Conferência, porque sabiam o que ela poderia representar na nova política imigratória brasileira.

A I Conferência Brasileira de Imigração foi organizada sob os auspícios da Presidência do Conselho de Imigração e Colonização (C.I.C.).

Realizou-se na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, de 30 de abril a 7 de maio de 1949, e seu objetivo principal foi rever a política de imigração e colonização adotada pelo Brasil naquela época, em função de três problemas básicos:

- a) a existência de oito milhões de deslocados de guerra, na Alemanha e Áustria, que haviam perdido tudo, e aguardavam que os países que se comprometeram a recebê-los abrissem suas portas aos imigrantes;
- b) a preocupação de melhor aproveitamento das correntes imigratórias nacionais e de soluções mais adequadas aos problemas que estas provocavam;
- c) a intenção do governo federal (35) e do governador

(35) "...estais reunidos para o debate de problemas de suma importância, que interessam ao presente e ao futuro do Brasil. Se o elemento humano é, com efeito, "a nossa principal riqueza", assumem especial gravidade as questões de povoamento tornando-se não só oportuno mas conveniente proceder a um balanço da situação atual, indicar as falhas e erros nos vigentes processos de imigração e colonização e aconselhar os meios de corrigir e aperfeiçoar esses processos."